

**Eixo temático:** EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

**RECEITAS CORRENTES DOS MUNICÍPIOS: DEPENDÊNCIA OU PROTAGONISMO?<sup>1</sup>  
CURRENT RENEVUES FROM THE MUNICIPALITIES: DEPENDENCY OR PROTAGONISM?**

**Neusa Rossini<sup>2</sup>, Edegar Rotta<sup>3</sup>**

<sup>1</sup> Recorte da Dissertação intitulada Investimentos Públicos em Políticas Sociais e Indicadores de Desenvolvimento: analisando a trajetória de municípios do Noroeste do Rio Grande do Sul, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da UFFS.

<sup>2</sup> Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas (UFFS). Servidora pública da carreira técnica administrativa em educação da UFFS. Contato: neusarossini@uffs.edu.br

<sup>3</sup> Doutor em Serviço Social (PUCRS). Mestre em Sociologia (UFRGS). Professor do quadro permanente do Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas da UFFS. Contato: erotta@uffs.edu.br

**Resumo:** O estudo busca identificar a origem das receitas correntes dos municípios de Santa Rosa, Santo Ângelo, Três de Maio e Guarani das Missões, no período de 1991 a 2010, para dimensionar a disponibilidade de recursos para aplicação em políticas sociais. A metodologia utilizada é, predominantemente, de enfoque qualitativo, com finalidade descritiva e aporte bibliográfico e documental. O desenho de pesquisa é do tipo longitudinal retrospectivo, no qual a variável receitas correntes é acompanhada na sequência temporal de 20 anos. A série histórica é composta tendo como referência a fonte dos recursos públicos: municipal, estadual, federal, transferências multigovernamentais ou outras transferências. As principais fontes de receitas correntes alternaram-se de município para município e de ano para ano, não apresentando um padrão de dependência. Constata-se que os quatro municípios possuem elevado grau de dependência de receitas transferidas de outras esferas da federação (mais de 70%), limitando, em muito, suas possibilidades de protagonismo na gestão dos recursos, em especial no que se refere à aplicação em políticas sociais.

**Palavras-chave:** Receitas públicas. Protagonismo. Dependência. Municípios. Políticas Públicas.

**Abstract:** The study aims to identify the source of the current revenues of the municipalities of Santa Rosa, Santo Ângelo, Três de Maio and Guarani das Missões, in the period from 1991 to 2010, to assess the availability of resources to be targeted in social policies. The methodology used is, predominantly, a qualitative approach, with a descriptive purpose and a bibliographical and documentary contribution. The research design is of retrospective longitudinal type, in which the current revenue variable is tracked in the time sequence of 20 years. The historical series is composed with reference to the source of public resources: municipal, state, federal, multigovernmental transfers or other transfers. The main sources of current revenue alternated from municipality to municipality and from year to year, not presenting a pattern of dependency. It may be seen that the four municipalities have a high degree of dependence on revenues transferred from others spheres of the federation (more than 70 %), greatly limiting their possibilities of protagonism in the resource management, especially with respect to the application in social politics.

**Keywords:** Public revenue. Protagonism. Dependency. Municipalities. Public policy.

## 1 INTRODUÇÃO

A reflexão em torno do desenvolvimento tem consolidado a ideia de que se faz necessária a

**Eixo temático:** EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

articulação entre o crescimento econômico e a melhoria das condições de vida da população. Da mesma forma, evidencia-se que a dinâmica econômica, especialmente na ótica capitalista, na realidade atual, por si só, não é suficiente para efetivar um processo de distribuição de renda e acesso aos bens e serviços a todos os cidadãos, de forma mais abrangente e com equidade. Para mediar os processos, corrigir distorções, proteger os vulneráveis e garantir acesso aos bens e serviços básicos para todos, faz-se necessária a atuação do Estado (SEN, 2000; RIFO, 2013).

O Estado atua através do estabelecimento de políticas públicas, que são capazes de produzir, conjuntamente com outros agentes, diferentes dinâmicas na vida econômica, política e social. As políticas públicas são fortemente afetadas pelo desenho institucional do Estado e pelos interesses dos diferentes grupos, movimentos e organizações sociais que conformam contextos históricos específicos. No Brasil, o poder institucional é distribuído entre três níveis da federação, compreendidos pela União, Estados e municípios. Os entes federados tiveram suas atribuições estabelecidas na Constituição Federal (CF) de 1988, que consolidou um conjunto de inter-relações mais complexas, considerando-se o compartilhamento da soberania territorial (ABRUCIO; FRANZESE, 2007). Nesta divisão de funções, atribuições e poder entre os níveis de governo, a partir de 1988, os municípios passam a experimentar maior autonomia política, administrativa e financeira, que foi acompanhada de descentralização de recursos e atribuições.

A divisão de competência entre os níveis de governo, norteia-se pelo princípio da predominância de interesse, segundo o qual, cabe à União as matérias predominantemente de interesse geral<sup>1</sup>, aos Estados as questões predominantemente de interesse regional<sup>2</sup> e aos municípios os assuntos predominantemente de interesse local. A CF (1988), em seu art. 30, incumbe aos municípios a promoção do ordenamento territorial, mediante controle do uso e da ocupação do solo urbano; a organização e prestação (diretamente ou por concessão) de serviços públicos de interesse local (como o transporte coletivo); a manutenção, via cooperação técnica e financeira com a União e os Estados, da educação infantil e ensino fundamental e de serviços de atendimento à saúde da população; dentre outros. Em conjunto com os Estados, Distrito Federal e a União, é dever dos municípios, conforme art. 23 da CF, combater as causas da pobreza e da marginalização, promover a construção de moradias e a melhoria das condições de habitação e saneamento básico (ABDALA, 2008).

A maior autonomia dos municípios na administração dos recursos transferidos para o âmbito local de poder, confere aos mesmos, maior responsabilidade na gestão, implementação e monitoramento de algumas políticas, relevantes para o desenvolvimento socioeconômico. Abrucio (2005, p. 405) destaca que “os cidadãos têm nos poderes locais sua maior referência estatal, uma vez que a maioria das políticas sociais e as funções básicas do Estado, como a Educação, a Saúde e a Segurança Pública, são plenamente executadas por Estados e/ou municípios”.

Essa descentralização transferiu a responsabilidade de algumas políticas públicas aos governos municipais, como instrumento de melhoria na capacidade de gestão pública, suscitando uma ampliação da agenda municipal na expansão da cidadania (SANTOS, 2004). Como o caso das

**Eixo temático:** EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

políticas públicas com fins sociais, que não ficou restrita à competência exclusiva de apenas um dos entes da federação, mas atribuiu-se responsabilidade comum no trato de questões das áreas da educação, saúde, saneamento, assistência social, entre outras, conforme previsto no artigo 23 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), entendendo que os entes devem somar esforços para desenvolver políticas públicas mais abrangentes.

Foi na CF (1988) que o Brasil adotou alguns valores do Estado de Bem-Estar Social<sup>3</sup>, como igualdade, direito aos cidadãos, universalidade e seguridade, que direcionam algumas das políticas públicas para a área social. No artigo sexto da carta magna estão elencados os direitos sociais, dentre os direitos e garantias fundamentais da pessoa, onde constam a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados (BRASIL, 1988). O reconhecimento dos direitos sociais dentre os direitos e garantias fundamentais da pessoa, coloca o Estado como agente de regulação da economia e condutor das políticas públicas para o enfrentamento das desigualdades sociais e fornecimento de serviços sociais básicos aos cidadãos.

A concepção, implantação, execução e avaliação das políticas públicas sociais traz para a ordem do dia o debate sobre o orçamento público, as finanças públicas, as formas de tributação, a gestão e o controle social do orçamento, tendo presente que as decisões tomadas nesses campos afetam a vida de todos e carregam concepções de sociedade e de desenvolvimento (CASTRO et al., 2012).

A aplicação dos recursos públicos constitui-se em um desafio aos gestores municipais, tanto por medirem interesses múltiplos que estão em jogo, quanto por visarem equacionar distorções provocadas pela atividade econômica. Pressupostos da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Constituição Federal mencionam que as esferas públicas devem também incentivar a participação popular na discussão de planos e orçamentos, de modo que os cidadãos possam acompanhar os investimentos públicos e realizar o controle social do orçamento (BORGES, 2015). Os municípios devem, também, elaborar e divulgar os relatórios e demonstrativos das finanças públicas, prezando pela transparência, para que os cidadãos possam avaliar o comprometimento do poder público na utilização do orçamento, em especial a preocupação governamental em conceber, organizar, implantar e monitorar as políticas públicas (BORGES, 2015), que podem constituir o caminho para a mudança concreta da realidade na qual os cidadãos estão inseridos.

Neste cenário, este estudo centra seu foco na busca de informações acerca das receitas correntes municipais, que são recursos públicos utilizados em grande medida na manutenção de políticas públicas e que influenciam a vida dos cidadãos (SOUZA, 2006). As questões norteadoras do estudo são: qual é o montante de receitas correntes administradas pelos municípios, no período de 1991 a 2010? quanto das receitas correntes municipais são referentes às receitas próprias (receitas municipais) e quanto são referentes às transferências intergovernamentais? A problemática está centrada na preocupação crescente com o montante de recursos administrados pelo poder público municipal, após a redemocratização brasileira e descentralização das atribuições e políticas para os municípios, após a promulgação da CF (1988). Este objetivo é parte da pesquisa intitulada

**Eixo temático:** EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

Investimentos Públicos em Políticas Sociais e Indicadores de Desenvolvimento: analisando a trajetória de municípios do Noroeste do Rio Grande do Sul (ROSSINI, 2018), configurando um recorte da dissertação de mestrado.

Os municípios selecionados para a realização da pesquisa foram Santa Rosa, Santo Ângelo, Guarani das Missões e Três de Maio, pelo fato de que esses municípios integram a realidade da região Noroeste do Rio Grande do Sul. A opção pelos municípios polo regionais, Santa Rosa e Santo Ângelo, foi em decorrência da centralidade destes para a região, por serem a localidade da origem microrregional (Santo Ângelo foi emancipado em 1873 e Santa Rosa em 1931), e que concentram o maior número de empresas, de estruturas produtivas, de serviços públicos e privados, terem maior PIB, maior número populacional, arrecadação fiscal e serem, de certa forma, uma espécie de referência regional para os municípios do entorno. Santa Rosa é o município polo do Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Fronteira Noroeste e Santo Ângelo, polo do COREDE Missões. Para a escolha dos municípios do entorno, levou-se em consideração a proximidade e ligação territorial com o município polo, priorizando-se os municípios limítrofes e com data de instalação<sup>4</sup> mais antiga, resultando na escolha de Três de Maio e Guarani das Missões.

O aporte teórico de referência foi composto pelos conceitos de política pública, desenvolvimento, desenvolvimento regional e orçamento público. Política pública compreendida como o governo em ação, na perspectiva de produzir mudanças e resultados desejados no mundo real (SOUZA, 2003). Desenvolvimento entendido como crescimento com a melhora da produção e da produtividade, incorporado melhorias nos indicadores sociais e com ocorrência de distribuição de renda (FONSECA, 2004, 2014). Desenvolvimento regional entendido na perspectiva da valorização do território, da estrutura social, das interações, do potencial integrativo, da capacidade de articulação, das potencialidades tecnológicas, da capacidade de cooperação, das possibilidades de exercício da cidadania que ocorrem em espaços específicos e que são fundamentais, para que ocorra desenvolvimento econômico, com redução de desigualdade e enfrentamento de problemas sociais (RIFFO, 2013). Orçamento público compreendido como toda a disponibilidade de recursos de um ente público, em um exercício financeiro, para manter a continuidade dos serviços prestados à comunidade (CARVALHO, 2007).

## 2 METODOLOGIA

A metodologia adotada no desenvolvimento do estudo teve, predominantemente, o enfoque qualitativo do problema de investigação (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013), quanto à finalidade, foi de alcance descritivo, no qual a meta do pesquisador realiza a descrição do fenômeno, buscando especificar características, perfis, traços importantes, assim como a tendência de um grupo, população ou qualquer outro fenômeno que se submeta a análise (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013). Quanto aos procedimentos técnicos, contou com o aporte bibliográfico (PRODANOV; FREITAS, 2013), e documental (GIL, 2008).

O desenho<sup>7</sup> da pesquisa foi do tipo longitudinal retrospectivo, que permitiu a identificação das

**Eixo temático:** EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

variações periódicas ocorridas (VIEIRA, 2006) em determinadas categorias, conceitos, eventos, variáveis, contextos ou comunidades (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013). A variável acompanhada na sequência temporal de 20 anos (1991 a 2010), foram as receitas correntes. Adotou-se uma amostragem de municípios, por conveniência e não probabilística<sup>8</sup>, em face do interesse em estudar os municípios que integram a realidade regional. A análise longitudinal retrospectiva foi possibilitada pela coleta de dados secundários, buscados na base virtual da Secretaria do Tesouro Nacional<sup>9</sup> (pertencente à estrutura do Ministério da Fazenda), da qual foram extraídos dados contábeis referentes a composição das receitas correntes dos municípios. Na sequência foi composta a série histórica de 1991 a 2010, do total das receitas correntes, por fonte, dos municípios selecionados. Para possibilitar a comparação das receitas, os valores foram atualizadas para dezembro de 2017<sup>10</sup> (BCB, 2017), com base no IGP-DI. Foi utilizada a estatística descritiva para realização da leitura dos dados, que foram apresentados em tabelas e gráficos. Na interpretação dos resultados, foi resgatada a trajetória da oscilação das receitas orçamentárias durante o período.

### 3 DESENVOLVIMENTO, RESULTADOS E DISCUSSÕES

#### 3.1 PERFIL E DADOS ORÇAMENTÁRIOS DE SANTA ROSA

Santa Rosa é um município da Fronteira Noroeste do RS, possui população estimada de 73.977 habitantes (2016) e densidade demográfica de 142,3 hab./km<sup>2</sup> (2013). Em 2015, o PIB municipal foi de R\$ 2.407.443.851,00 e o PIB per capita de R\$ 33.325,63 (FEE, 2018). A taxa de analfabetismo era de 3,76% (2010), a expectativa de vida de 77,25 anos (2010), com taxa de mortalidade infantil de 16,78 (2015) por mil nascidos vivos (FEE, 2018).

Na tabela 1 apresenta-se um panorama geral dos montantes e das origens dos recursos orçamentários de Santa Rosa para o período analisado (1991 a 2010). Percebe-se que as receitas correntes geridas pelo município tiveram origem em diversas fontes e que no decorrer do período houve alternância de importância entre as fontes. De 1991 a 1996, a fonte estadual de recursos foi a que mais contribuiu com as receitas correntes de Santa Rosa. Em 1996 foram as outras transferências. De 1998 a 2010, foram os recursos de origem federal que maior participação tiveram na composição das receitas correntes. O gráfico 4 facilita a visualização da participação de cada uma das fontes de recursos, nas receitas correntes municipais.

As transferências oriundas do Estado, em 1991 estavam próximas de 42%, após 10 anos, caem para 24%, continuando a recuar até 2010, aproximando-se dos 20%. As transferências do governo federal, em 1991, eram de aproximadamente 28%, recuando ao patamar de 16%, até 1997. Retomaram crescimento de 1998 a 2000 (atingindo 40%), declinando até 2004 (para 30%), avançando para 35%, em 2008. Encerraram 2010, em torno de 32%. Parte do aumento observado no percentual de transferências de recursos federais, decorrer da falta de detalhamento dos recursos repassados para o município até 1997, conforme destacado nas observações adicionais das tabelas (ITR a partir de 1994 e SUS a partir de 1998).

**Eixo temático:** EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

Tabela 1 - Fonte de Recursos do município de Santa Rosa: 1991 a 2010 (em R\$)

Anos	Receitas Municipais * <sub>1</sub>	Transferências governo federal * <sub>2</sub>	Transferências governo estadual* <sub>3</sub>	Transf. Multigov. FUNDEB /FUNDEF* <sub>4</sub>	Outras transferências * <sub>5</sub>	Total de Receitas Correntes* <sub>6</sub>
1991	6.591.661,24	7.510.662,19	11.031.794,74	0,00	1.415.593,09	26.549.711,26
1992	4.456.777,65	6.491.543,96	8.968.475,77	0,00	1.945.597,82	21.862.395,20
1993	5.150.314,85	5.258.887,51	7.864.158,48	0,00	2.009.143,38	20.282.504,22
1994	12.247.627,86	9.068.526,75	20.490.504,78	0,00	6.170.721,13	47.977.380,52
1995	17.339.089,81	15.882.801,03	30.241.765,08	0,00	27.644.060,25	91.107.716,18
1996	17.399.821,61	16.545.340,63	33.148.803,29	0,00	31.584.808,98	98.678.774,51
1997	13.871.309,90	16.468.594,53	34.973.492,51	0,00	37.792.241,19	103.105.638,13
1998	16.766.238,99	48.182.172,18	33.990.654,09	2.304.611,15	24.775.958,25	126.019.634,66
1999	13.915.102,20	46.532.929,60	27.548.305,57	3.258.242,44	28.633.135,31	119.887.715,12
2000	13.273.424,22	47.112.131,19	28.382.326,32	3.780.114,35	24.524.803,49	117.072.799,57
2001	18.377.160,67	45.317.418,80	31.379.064,29	4.120.754,21	30.805.572,63	129.999.970,60
2002	22.466.249,65	40.544.454,69	26.858.050,55	10.104.298,36	26.450.905,35	126.423.958,60
2003	30.480.532,57	37.665.364,33	32.079.236,20	11.564.373,85	12.225.248,01	124.014.754,95
2004	34.814.651,32	38.243.814,82	30.750.361,98	11.129.625,05	15.789.564,11	130.728.017,29
2005	29.524.235,26	40.154.170,47	35.602.301,12	12.753.565,40	11.939.990,21	129.974.262,47
2006	31.015.559,25	44.816.867,58	36.486.896,48	12.374.918,36	12.022.141,07	136.716.382,73
2007	37.745.751,13	49.209.680,16	32.446.297,34	13.361.331,48	15.099.083,47	147.862.143,59
2008	35.612.840,90	54.774.828,24	33.879.977,18	15.651.078,07	14.994.055,34	154.912.779,72
2009	41.272.059,03	57.804.434,49	36.781.442,23	17.599.239,04	21.123.357,50	174.580.532,28
2010	44.504.864,94	59.777.092,38	39.152.296,80	18.832.727,53	26.082.575,85	188.349.557,51

Fonte: BRASIL, 2017. Dados organizados pelos autores.

\*1 Receitas municipais: Receita Tributária, Receita de Contribuição, Receita Patrimonial, Receita Industrial, Receita Agropecuária e Receita de Serviços. \*2 Transferências do governo federal: FPM (1991 a 2010), ITR (1994 a 2010), SUS (1998 a 2010) e Compensação financeira pela exploração de recursos naturais (2002 a 2010). \*3 Transferências do governo estadual: ICMS (1991 a 2010) e IPVA (1994 a 2010). \*4 Transferência multigovernamental: Instituído em 1998. Sigla FUNDEF foi utilizada de 1998 a 2006. A partir de 2007 passou para FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação. \*5 Outras transferências: Valores originários da União, estado e municípios referente a outros tributos, também referente a Convênios, Transferências de fontes privadas, Multa e Juros de Dívida Ativa. \*6 Receitas Correntes: Receita Tributária, Receita de Contribuição, Receita Patrimonial, Receita Industrial, Receita Agropecuária, Receita de Serviços, Transferências Correntes e demais Receitas Correntes.

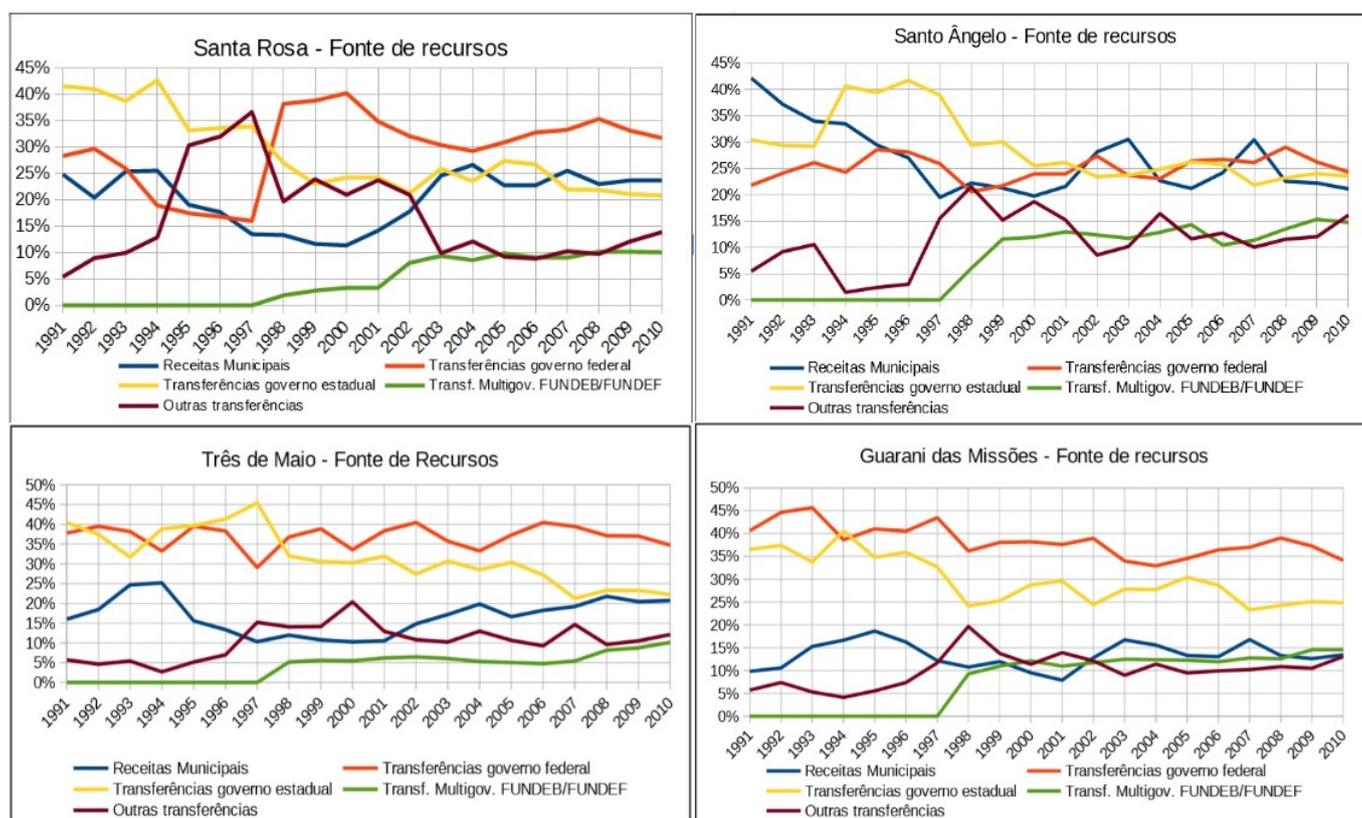
As transferências de recursos de outras fontes, entre 1995 e 2002, superaram as receitas provenientes da arrecadação de competência do município. A partir de 2003 as outras transferências de recursos caem ao patamar de 10%, chegando próximo de 15%, em 2010. As receitas municipais, que em 1991, eram de 25%, apresentaram perda de participação até 2000, recuando ao patamar de 11%. Retomaram crescimento a partir de 2001, voltando ao patamar de 25%, até 2003. Encerraram 2010 um pouco abaixo de 25%.

As transferências multigovernamentais do FUNDEB/FUNDEF, que iniciaram em 1998, compuseram

**Eixo temático:** EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

em torno de 2% das receitas correntes. Após 6 anos (2003), atingiram o percentual próximo de 10%, mantendo-se nesta faixa percentual até 2010. O FUNDEF teve sua fonte de recursos composta pela dedução de 15%<sup>11</sup> dos repasses do Fundo de Participação dos Estados, do FPM, da Lei Complementar 87/96 (Lei Kandir), do ICMS e IPI-Exportação (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2013). Então, parte da redução nas transferências do estado, podem ser atribuídas a redução do ICMS, a partir de 1998, assim como parte da queda nas outras transferências, pois os valores da Lei Kandir e IPI-Exportação, estavam contabilizados nesta fonte de recursos. Ressalta-se que a 1998, os recursos do SUS passam a ser contabilizados na fonte de recursos do governo federal.

Gráfico 1 - Fonte dos Recursos Correntes dos municípios: 1991 a 2010 (em %)



Fonte: ROSSINI, 2018.

As receitas municipais reduziram de 1991 para 1992, possivelmente em decorrência do desempenho econômico brasileiro, que apresentou Produto Interno Bruto (PIB) negativo em 1992, de -0,5% (BCB, 2017). Em 1993, as receitas municipais apresentaram crescimento, voltando a 25%, mantendo-se neste patamar em 1994. De 1995, até 2000, a redução da participação das receitas municipais no montante das receitas correntes é progressiva, sendo de apenas 11%. Essa redução é parcialmente explicada pela queda na arrecadação municipal em 1997, 1999 e 2000, decorrente da crise econômica que o país viveu e que teve repercussões imediatas na economia local. A partir de então,

**Eixo temático:** EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

retomaram participação, chegando ao patamar de 26%, em 2004. Houve pouca oscilação até 2010, quando voltaram a contribuir com 24%, no montante das receitas correntes.

### 3.2 PERFIL E DADOS ORÇAMENTÁRIOS DE SANTO ÂNGELO

Santo Ângelo possuía população estimada de 79.789 habitantes (2016), com densidade demográfica de 112,5 hab./km<sup>2</sup> (2013). O PIB municipal em 2015 atingiu R\$ 2.033.581.602,00 e o PIB per capita R\$ 25.749,00 (FEE, 2018). A taxa de analfabetismo estava em 4,23% (2010), a expectativa de vida 76,78 anos (2010) e a taxa de mortalidade infantil 9,25 (2015), por mil nascidos vivos (FEE, 2018).

Para viabilizar a realização de investimentos no município e atender ao interesse público, a gestão pública municipal de Santo Ângelo administrou recursos que foram decorrentes de sua arrecadação e também de repasses intergovernamentais, conforme tabela 2.

Entre 1991 e 1993, as receitas municipais foram as que mais contribuíram com o total de receitas correntes. Nos anos de 1994 a 2001, se sobressaíram as transferências estaduais. A partir de 2002, houve intercalação entre as fontes como principal fonte na formação das receitas correntes. Em 2002 e 2003, a fonte principal foi a municipal. Em 2004, foram os recursos transferidos pelo estado, em 2005 e 2006, foram os recursos federais, em 2007 voltou a ser a arrecadação municipal, entre 2008 a 2010, foram as transferências federais que mais contribuíram. O gráfico 1 apresenta a distribuição das receitas correntes no período.

As receitas municipais, em 1991, correspondiam a 42% das receitas correntes. De 1997 a 2001, recuaram para faixa de 20 a 22%. Nos próximos anos, chegaram a apresentar picos de participação de 25%, mas encerraram 2010, em torno de 21%. Até 1997, as receitas municipais foram as que mais perderam participação dentre as fontes que compõe as receitas correntes.

As transferências do estado, no início da década, estavam próximas de 30%, atingiram 41%, em 1994, e 42%, em 1996. Em 2000, foram de 25%, permanecendo próximas desta faixa, até 2006. Até 2010, recuaram para 24%.

Os recursos transferidos pela União, em 1991, estavam no patamar de 22%, atingindo 28% do total de receitas correntes em 1995 e 1996. Recuaram em 1998, para 20%, apresentando novamente crescimento até 2002 (em torno de 27%), declinando até 2004 (24%). A partir de 2008, retomaram crescimento, quando beiraram 30%. Novamente diminuíram a participação, encerrando 2010 abaixo de 25%.

As outras transferências oscilaram muito, de patamares de 5% (inicial), para 1% (1994), 22% (1998), 9% (2002), 16% (2004 e 2010). Muitas destas oscilações, podem ser explicadas pela retirada de tributos que constavam nesta fonte, e que, em decorrência do detalhamento

**Eixo temático:** EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

das demonstrações contábeis, passaram a integrar outra fonte, como o caso da IPVA, que a partir de 1994, passou a compor as transferências do governo estadual (momento em que as outras transferências diminuem e as transferências estaduais aumentam). A partir de 2000, os recursos do SUS12 passaram a integrar as transferências federais. A partir de 1998, as contas públicas permitiram consultas mais detalhadas, no entanto, as outras transferências não possibilitaram rastrear os repasses do SUS, anteriores a 2000, pois a conta destinada a essa natureza de transferência, estava com saldo zero, nos anos de 1998 e 1999.

Tabela 2 - Fonte de Recursos do município de Santo Ângelo: 1991 a 2010 (em R\$)

Anos	Receitas Municipais * <sub>1</sub>	Transferências governo federal * <sub>2</sub>	Transferências governo estadual* <sub>3</sub>	Transf. Multigov. FUNDEB /FUNDEF* <sub>4</sub>	Outras transferências * <sub>5</sub>	Total de Receitas Correntes* <sub>6</sub>
1991	15.462.609,53	8.003.300,20	11.161.987,77	0,00	2.016.662,76	36.644.560,26
1992	11.625.413,00	7.533.511,11	9.186.529,32	0,00	2.877.958,38	31.223.411,81
1993	7.921.622,09	6.077.665,82	6.813.622,24	0,00	2.457.779,70	23.270.689,85
1994	13.869.995,49	10.066.016,37	16.839.570,46	0,00	622.581,12	41.398.163,42
1995	19.248.461,60	18.680.654,66	25.752.532,15	0,00	1.579.239,42	65.260.887,82
1996	18.375.499,73	19.122.798,54	28.387.407,79	0,00	2.064.861,44	67.950.567,50
1997	14.333.982,75	19.034.251,76	28.590.239,72	0,00	11.403.651,68	73.362.125,90
1998	20.338.566,56	18.857.338,04	26.939.315,07	5.517.965,18	19.695.502,06	91.348.686,91
1999	16.834.142,87	17.177.673,95	23.773.413,61	9.187.689,55	12.026.439,24	78.999.359,22
2000	16.452.686,24	19.905.090,96	21.236.400,13	9.942.664,21	15.579.461,19	83.116.302,72
2001	17.867.980,14	19.834.096,56	21.603.201,66	10.735.456,71	12.592.798,36	82.633.533,42
2002	23.031.305,67	22.380.516,99	19.184.432,41	10.131.212,07	7.011.980,57	81.739.447,71
2003	28.394.321,89	22.022.444,38	22.067.787,51	10.917.012,06	9.465.796,95	92.867.362,78
2004	20.885.472,71	21.251.754,19	22.866.072,84	11.853.451,04	15.131.894,54	91.988.645,32
2005	21.394.464,32	26.653.779,56	26.491.519,67	14.449.200,44	11.758.331,41	100.747.295,39
2006	25.393.936,15	28.034.739,37	27.045.814,26	11.015.933,82	13.340.471,19	104.830.894,78
2007	34.650.437,76	29.734.408,42	24.859.272,06	12.916.193,55	11.434.492,18	113.594.803,96
2008	26.815.500,44	34.545.584,33	27.625.335,26	16.067.942,94	13.758.239,63	118.812.602,60
2009	29.110.482,85	34.319.302,65	31.447.906,05	20.079.380,34	15.752.984,11	130.710.056,01
2010	29.475.876,95	33.932.586,25	32.838.185,38	20.589.727,56	22.516.070,16	139.352.446,31

Fonte: BRASIL, 2017. Dados organizados pelos autores.

As transferências para o FUNDEB/FUNDEF, iniciaram na faixa dos 6% (1998) e atingiram o patamar de 15% (2010). Essa modalidade de transferência implicou na redução de valores dos repasses do Fundo de Participação dos Estados, do FPM, da Lei Complementar 87/96 (Lei Kandir), do ICMS e IPI-Exportação, conforme nota de rodapé 11 (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2013).

### 3.3 PERFIL E DADOS ORÇAMENTÁRIOS DE TRÊS DE MAIO

**Eixo temático:** EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

O município de Três de Maio abrigava população estimada de 24.616 habitantes (2016), com densidade demográfica de 56,1 hab./km<sup>2</sup> (2013). O PIB municipal em 2015, atingiu R\$ 849.661.031,00 e o PIB per capita R\$ 34.701,29 (FEE, 2018). O analfabetismo apresentava taxa de 4,44% (2010), a expectativa de vida ao nascer era 75,02 anos (2010) e a mortalidade infantil era de 11,19 (2015) crianças, por mil nascidos vivos (FEE, 2018).

A gestão municipal ao realizar os mais diversos investimentos para atendimento do interesse público, por força de disposições legais, demandas da comunidade ou opção política, utiliza recursos que são originários da própria arrecadação, assim como também utiliza recursos transferidos de outros entes. Na tabela 3 são apresentadas as origens dos recursos do município de Três de Maio.

A fonte de recursos que mais contribuiu na formação das receitas correntes, foi a estadual, em 1991. Em 1992 e 1993, a fonte de recursos federal ficou acima das demais. De 1994 a 1997, novamente a fonte estadual contribuiu mais com a formação das receitas correntes. A partir de 1998, as receitas federais passaram a ser a principal fonte, permanecendo acima das demais até 2010. Com o auxílio do gráfico 1, a percepção da composição das receitas correntes é facilitada.

Os recursos de origem do estado, apresentaram redução mais expressiva no decorrer dos 20 anos. Iniciaram 1991 com participação de 40%, apresentando mínimas e máximas de participação, de 32% e 45%, respectivamente, recuando para 30% até 2000. A partir de 2005, os percentuais permaneceram próximos de 30%, diminuindo a participação até o final da década, ficando em torno de 22%.

Os recursos transferidos pelo governo federal, na primeira década, apresentaram oscilações percentuais mínimas de 29% e máximas 40%, ficando próximos dos 34%, em 2000. Na segunda década, oscilaram entre 34% e 40%, permanecendo em 34%, em 2010.

As receitas municipais em 1991, correspondiam a 15% das receitas correntes. Atingiram o pico de contribuição em 1993 e 1994 (25%), perdendo participação até 1997, quando recuaram ao patamar de 10%. Seguiram nesta média de participação até 2001, quando retomam participação, chegando a 20% em 2004. Oscilaram de 15% a 22% até 2009, encerrando 2010 com 21% de participação.

As outras transferências iniciaram no patamar de participação, em torno de 5%, recuaram para 2,5% (até 1994), apresentando retomada de crescimento até 1997 (15%). Permaneceram no patamar próximo de 15%, em 1998 e 1999. Atingiram pico de participação 13 em 2000 (20%), perdendo participação até 2003, quando recuaram para 10%. Retomaram crescimento em 2004 (12,5%), para retornarem ao patamar de 10%, em 2006. Em 2007 chegam a 15%, para atingirem 22%, em 2010.

Tabela 3 - Fonte de Recursos do município de Três de Maio: 1991 a 2010 (em R\$)



**Eixo temático:** EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

Anos	Receitas Municipais * <sub>1</sub>	Transferências governo federal * <sub>2</sub>	Transferências governo estadual* <sub>3</sub>	Transf. Multigov. FUNDEB /FUNDEF* <sub>4</sub>	Outras transferências * <sub>5</sub>	Total de Receitas Correntes* <sub>6</sub>
1991	1.931.044,47	4.555.028,34	4.876.136,36	0,00	689.813,24	12.052.022,41
1992	1.866.565,19	3.995.751,35	3.785.596,19	0,00	469.969,63	10.117.882,36
1993	2.095.243,79	3.240.702,15	2.694.835,39	0,00	463.224,16	8.494.005,49
1994	4.228.030,38	5.579.074,22	6.512.361,30	0,00	457.430,64	16.776.896,54
1995	3.862.484,51	9.771.364,86	9.808.699,75	0,00	1.286.937,99	24.729.487,11
1996	3.554.059,14	10.181.984,50	10.997.995,73	0,00	1.868.735,15	26.602.774,51
1997	2.883.964,29	8.127.191,06	12.700.473,55	0,00	4.249.284,10	27.960.912,99
1998	4.210.192,64	12.947.744,60	11.263.512,59	1.828.469,46	4.954.145,95	35.204.065,23
1999	3.345.750,77	12.037.847,08	9.479.829,63	1.744.060,11	4.387.223,22	30.994.710,81
2000	3.360.138,94	10.946.965,00	9.859.723,82	1.790.231,61	6.641.492,78	32.598.552,16
2001	3.384.726,99	12.323.816,27	10.272.738,45	2.000.775,35	4.164.534,12	32.146.591,18
2002	4.317.760,99	11.766.881,84	7.983.875,39	1.875.305,97	3.159.090,27	29.102.914,45
2003	5.336.851,44	11.088.902,05	9.536.902,72	1.888.669,84	3.176.771,82	31.028.097,88
2004	6.574.298,76	11.028.805,68	9.450.022,52	1.755.932,09	4.306.402,15	33.115.461,19
2005	5.885.390,12	13.192.289,00	10.756.149,41	1.788.325,90	3.772.003,17	35.394.157,60
2006	6.961.812,89	15.422.080,94	10.381.542,83	1.819.315,75	3.531.413,89	38.116.166,30
2007	8.228.306,29	16.896.112,27	9.114.032,61	2.333.812,12	6.279.299,59	42.851.562,89
2008	9.215.921,28	15.719.329,39	9.859.325,34	3.467.454,37	4.068.909,22	42.330.939,60
2009	9.777.558,18	17.720.004,53	11.142.602,07	4.188.942,29	5.051.118,78	47.880.225,86
2010	10.493.572,51	17.567.555,26	11.265.574,05	5.153.227,65	6.153.260,64	50.633.190,11

Fonte: BRASIL, 2017. Dados organizados pelos autores.

As transferências do FUNDEB/FUNDEF, que iniciaram em 1998, contribuíram com 5% das receitas correntes. De 2001 a 2003, chegaram a 6%, retornando ao patamar de 5% até 2007. A partir de 2008, apresentaram crescimento, atingindo 10%, em 2010.

### 3.4 PERFIL E DADOS ORÇAMENTÁRIOS DE GUARANI DAS MISSÕES

Guarani das Missões em 2015, possuía população estimada de 8.092 habitantes, com densidade demográfica de 27,5 habitantes por km<sup>2</sup> (2013). Em 2015 o PIB municipal foi de R\$ 251.316.153,00 e o PIB per capita de R\$ 30.836,34 (FEE, 2018). Em 2010 a taxa de analfabetismo era de 4,99% (2010), a expectativa de vida de 76,75 anos e o coeficiente de mortalidade infantil de 10,5 crianças, por mil nascidas vivas (FEE, 2018).

A gestão municipal ao realizar investimentos para atendimento do interesse público, conta com recursos das mais variadas fontes, que podem ser referentes à sua própria arrecadação ou em decorrência de transferências de outros entes. Na tabela 4, são apresentadas as origens dos recursos do município de Guarani das Missões.

**Eixo temático:** EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

Os recursos transferidos pelo governo federal, foram os que mais contribuíram com o total de receitas correntes, foram 19 anos ao total, excetuando-se 1994, ano em que as transferências do governo estadual estiveram acima das demais. A outra fonte de recursos que se destaca, é a de origem estadual, sendo a segunda fonte de recursos na formação das receitas correntes, de 1991 a 2010 (exceto 1994). As demais fontes, até 1997, em ordem de participação nas receitas correntes, foram as receitas municipais, seguidas das outras transferências. A partir de 1998, as fontes se alternam. As receitas correntes de Guarani das Missões, em 1991, eram R\$ 5,6 milhões. Ao final do período chegaram a R\$ 20,9 milhões, registrando aumento de R\$ 15,3 milhões (20 anos).

Para facilitar a comparação entre as fontes de recursos, apresenta-se o gráfico 1, com a variação percentual entre as fontes. As transferências do governo federal, em 1991, eram em torno de 40%, passaram dos 45%, em 1993. Estavam no patamar de 38%, em 1994, seguindo trajetória decrescente até 2004, ao nível de 34%. Entre esse período, apresentou picos de crescimento de 44% (1997) e 39% (2002). Em 2008 atingiu 39% novamente, encerrando 2010, em 34%.

Tabela 4 - Fonte de Recursos do município de Guarani das Missões: 1991 a 2010 (em R\$)

Anos	Receitas Municipais * <sub>1</sub>	Transferências s governo federal * <sub>2</sub>	Transferências s governo estadual* <sub>3</sub>	Transf. Multigov. FUNDEB /FUNDEF* <sub>4</sub>	Outras transferências * <sub>5</sub>	Total de Receitas Correntes* <sub>6</sub>
1991	550.952,39	2.277.262,70	2.047.723,43	0,00	730.655,76	5.606.594,28
1992	473.364,67	1.997.398,14	1.675.176,62	0,00	329.759,63	4.475.699,06
1993	546.831,86	1.634.217,35	1.208.731,81	0,00	189.767,26	3.579.548,28
1994	1.172.857,72	2.723.060,56	2.858.961,05	0,00	290.777,79	7.045.657,13
1995	2.224.074,25	4.887.293,85	4.146.462,81	0,00	660.889,30	11.918.720,20
1996	2.041.505,72	5.098.174,04	4.518.526,52	0,00	929.570,72	12.587.776,99
1997	1.418.695,21	5.070.566,33	3.815.129,40	0,00	1.361.309,96	11.665.700,90
1998	1.751.790,63	5.904.892,74	3.943.555,13	1.511.028,44	3.204.855,38	16.316.122,32
1999	1.636.763,00	5.215.368,03	3.462.408,94	1.501.257,35	1.884.374,18	13.700.171,50
2000	1.325.125,50	5.318.234,58	4.008.581,94	1.689.888,01	1.585.735,39	13.927.565,43
2001	1.142.679,02	5.431.959,04	4.274.454,34	1.584.599,95	2.011.993,24	14.445.685,59
2002	1.771.056,46	5.390.853,81	3.380.666,99	1.619.687,77	1.677.196,40	13.839.461,44
2003	2.453.623,32	4.983.607,12	4.086.585,08	1.829.087,83	1.313.931,22	14.666.834,58
2004	2.267.038,56	4.789.540,70	4.037.818,44	1.802.057,60	1.658.553,44	14.555.008,72
2005	2.178.187,20	5.652.872,99	4.975.323,26	2.011.658,20	1.554.294,40	16.372.336,05
2006	2.094.563,84	5.851.454,56	4.612.090,15	1.914.056,11	1.593.400,50	16.065.565,16
2007	2.814.538,88	6.204.150,14	3.910.743,23	2.137.720,91	1.709.350,62	16.776.503,78
2008	2.467.641,71	7.246.596,49	4.508.750,33	2.338.676,37	2.016.408,67	18.578.073,56
2009	2.392.713,25	7.060.358,03	4.753.499,40	2.755.072,79	1.993.317,61	18.954.961,08
2010	2.810.551,24	7.133.627,23	5.189.677,40	3.035.856,14	2.730.498,11	20.900.210,12

**Eixo temático:** EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

As transferências do governo estadual, são a segunda fonte em volume de recursos transferidos ao município. Em 1991, recursos desta fonte correspondiam a 36%. Atingiram pico de participação em 1994, com 41%. Seguiram trajetória de declínio até 1998, recuando para 24%. De 1999 a 2006, a trajetória foi de oscilação entre 24% e 30%. Em 2007, estavam em 24%, apresentando crescimento até 2010, quando registraram 25%.

As receitas municipais eram de 10%, em 1991 e chegaram a 19%, em 1995. A partir de então, seguiram trajetória decrescente, até 2001, recuando ao patamar de 8%. Retomaram participação em 2002 e 2003, atingindo 16%. Apresentaram decréscimo nos próximos 4 anos. Voltaram ao patamar de 16% em 2007. Ao final de 2010, estavam em 13%.

As outras transferências passaram de 5% de participação, em 1991, para 7%, em 1992. Recuaram para 4,5%, em 1994, seguindo trajetória ascendente até 1998, alcançando 20%. Apresentaram decréscimo ao patamar dos 11%, em 2000, chegando a 8% em 2001. De 2003 a 2009, o percentual de participação oscila próximo da casa dos 15%, encerrando 2010, em 13%. As transferências do FUNDEB/FUNDEF correspondiam a quase 10% em 1998, oscilando na casa de 10% e 12% até 2008. Nos anos 2009 e 2010, representavam 15%.

Algumas das oscilações observadas nas fontes de recursos, antes de 1998, decorrem do fato de que o detalhamento dos demonstrativos contábeis vai permitindo o enquadramento de um e de outro tributo nas fontes federais e estaduais, sendo o valor retirado das outras transferências (vide informações adicionais das tabelas).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao acompanhar o montante de valores administrados pelos municípios constatou-se o quanto eles são dependentes das transferências governamentais para realização das políticas públicas. Santo Ângelo distingue-se dos demais, por ter apresentado maior autonomia orçamentária, sendo o único que por alguns períodos, teve como principal fonte de recursos, as receitas municipais. Isso ocorreu em 1991, 2002, 2003 e 2007. A ocorrência de dependência maior de uma fonte, ocorreu em Guarani das Missões, Santa Rosa e Três de Maio, como em 2010, em que as transferências federais, destacaram-se como principal fonte, com maior percentual, sendo 34% em Guarani das Missões, 31% em Santa Rosa e 34% em Três de Maio. Ressalta-se que em Guarani das Missões, as transferências federais, por 19 anos, foram as receitas que mais contribuíram com a formação das receitas correntes (exceto 1994). O maior percentual ocorreu em 1993, de 45% e em 2010, de 34%. Em todos os municípios, em 2010, a principal fonte de recursos eram as transferências federais, com maior ou menor percentual de participação.

Observou-se no decorrer do período crescimento do montante de receitas correntes acima da inflação. Santa Rosa teve acréscimo de 709% das receitas correntes, entre 1991 e 2010, Santo Ângelo teve 380%, Três de Maio 420% e Guarani das Missões 372%. Isso demonstra que os municípios possuem maior disponibilidade de recursos para fazer frente as demandas das políticas

**Eixo temático:** EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

públicas, em especial, as da área social. Ressalta-se também o aumento das atribuições e serviços que foram transferidos aos municípios juntamente às transferências de recursos.

As transferências estaduais em todos os municípios foram perdendo participação, do início do período analisado até 2010. Santa Rosa em 1991, contava com aproximadamente 41% das receitas correntes provenientes das transferências estaduais. Em 2000, era 24% e em 2010, estava em 21%. Santo Ângelo contava com participação das receitas estaduais de 30%, em 1991. Recuou para 25%, em 2000 e encerrou 2010, no patamar dos 24%. Três de Maio iniciou o período com participação de 40% (1991), em 2000 estava com 30%, recuando para 22%, em 2010. Guarani das Missões em 1991, estava no patamar de 36% de recursos oriundos das transferências estaduais, recuando para 29% em 2000, para encerrar 2010 em 25%.

As transferências multigovernamentais do FUNDEB/FUNDEF que iniciaram em 1998, com o passar dos anos foram recebendo maior volume de recursos e ampliando a participação nas receitas correntes. Em 2010, representavam 10% das receitas correntes de Santa Rosa, 14% das receitas de Santo Ângelo, 10% das receitas de Três de Maio, e 14% das receitas de Guarani das Missões.

Ao realizar estudos sobre a autonomia dos municípios, em relação à arrecadação própria e a dependência municipal de recursos transferidos (FPM, ICMS), Santos (2004) constatou que, com o aumento populacional das cidades, as receitas municipais se elevam (decorrente principalmente, da arrecadação de ISS e IPTU), o FPM tende a diminuir e o ICMS passa a se constituir em uma fonte de receitas com importância crescente. Ele indica, ainda, que os municípios pequenos são muito mais dependentes das transferências governamentais do que os de médio e grande porte. A pesquisa realizada evidenciou situação muito semelhante a esta constatada por Santos (2004) em seus estudos. Tratam-se de tendências, mas que apontam realidades que desafiam a reflexão quando se discute investimentos públicos e desenvolvimento local-regional.

## REFERÊNCIAS

ABDALA, D. C. Efeitos da receita orçamentária municipal sobre o índice de desenvolvimento humano (IDH): uma análise da realidade brasileira na década de 1990. 2008. 67 p. Dissertação (Mestrado em Finanças e Economia Empresarial) - Pós-Graduação em Economia, FGV, Rio de Janeiro, 2008.

ABRUCIO, F. L. Reforma do estado no federalismo brasileiro: a situação das administrações públicas estaduais. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 2, p. 401-420, mar./abr. 2005.

ABRUCIO, F.; FRANZESE, C. Federalismo e políticas públicas: o impacto das relações intergovernamentais no Brasil. In: ARAÚJO, M. F. I.; BEIRA, L. (Orgs.). *Tópicos da economia Paulista para gestores públicos*. São Paulo: Fundap, 2007. v. 1, p. 13-31.

BCB - BANCO CENTRAL DO BRASIL. Sistema gerenciador de séries temporais v. 2.1 módulo público. Disponível em: . Acesso em: 29 dez. 2017.

**Eixo temático:** EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

BORGES, M. de F. S. O princípio constitucional da transparência como instrumento de controle social do orçamento público. Câmara dos deputados. Centro de formação, treinamento e aperfeiçoamento especialização em parlamento e direito. 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: 1988. Disponível em: . Acesso em: 19 mar. 2017.

BRASIL. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação - FUNDEB. Diário Oficial da União, Casa Civil, Brasília, DF, 21 jun. 2007

BRASIL. Ministério da Fazenda - Secretaria do Tesouro Nacional. FINBRA - Finanças do Brasil - Dados contábeis dos Municípios. Disponível em: . Acesso em: 13 abr. 2017.

CARVALHO, D. Orçamento e contabilidade pública. Série Provas e Concursos. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

CASTRO, J. A. de; RIBEIRO, J. A. C.; CHAVES, J. V.; DUARTE, B. C. Gasto social federal: prioridade macroeconômica no período 1995-2010. IPEA, nota técnica n. 09, Brasília, set. 2012.

ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do welfare state. Lua Nova Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 24, p. 85-116, set. 1991.

FEE - FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HAUSER. Plataforma FEEDados. Contabilidade Social - Série 2002 em diante - PIB - Total 2015. Disponível em: . Acesso em: 16 mar. 2018.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Divisão político-administrativa. 2017. Disponível em: . Acesso em: 30 abr. 2017.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. O que você precisa saber sobre as transferências constitucionais legais - Fundo de participação dos municípios [recurso eletrônico]. Brasília: STN, 2013. Disponível em: . Acesso em: 10 jan. 2018.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil. Perfil 2013. Disponível em: . Acesso em: 15 jun. 2017.

POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução de Ana Cristina Arantes Nasser. 3 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

**Eixo temático:** EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

RIFFO P., L. 50 años del ILPES: evolución de los marcos conceptuales sobre desarrollo territorial. Santiago/Chile: Publicación de las Naciones Unidas/CEPAL, 2013. Série Desarrollo Territorial.

ROSSINI, N. Investimentos Públicos em Políticas Sociais e Indicadores de Desenvolvimento: analisando a trajetória de municípios do Noroeste do Rio Grande do Sul. 2018. 156 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas, Universidade Federal da Fronteira Sul, Cerro Largo, 2018.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional. Perfil Socioeconômico COREDE Fronteira Noroeste. Porto Alegre: SEPLAN-RS/DEPLAN, 2015a. Disponível em:. Acesso em: 15 maio 2017.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional. Perfil Socioeconômico COREDE Missões. Porto Alegre: SEPLAN-RS/DEPLAN, 2015b. Disponível em:. Acesso em: 15 maio 2017.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. del P. B. Metodologia de pesquisa. 5 ed. São Paulo: Penso, 2013.

SANTOS, A. M. S. P. Descentralização e autonomia financeira municipal: a perspectiva das cidades médias. Indicador Econômico FEE, Porto Alegre, v. 32, n. 3, p. 101-126, nov. 2004.

SEN, A. K. Development as freedom. New York: Anchor Books, 2000.

SOUZA, C. Dossiê políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. CADERNO CRH, Salvador, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

VIEIRA, M. M. F. Por uma boa pesquisa (qualitativa) em administração. In: VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. (Orgs.). Pesquisa qualitativa em administração. 2. ed. [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

1Compete administrativamente à União assegurar a defesa nacional, emitir moeda, elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social, administrar as reservas cambiais do país, explorar os serviços e instalações nucleares de qualquer natureza, dentre outros temas de interesse nacional (art. 21, CF, 1988).

2Aos Estados são reservadas as competências que não lhes sejam vedadas pela Constituição. Em matéria administrativa cabem privativamente aos Estados todas as competências que não forem da União, dos municípios e aquelas comuns a todos os entes federativos (ABDALA, 2008).

**Eixo temático:** EIXO 1: Estado, Democracia, Políticas Públicas e Gestão Social do Desenvolvimento

3Estado de bem-estar social, também conhecido como Estado-providência (Welfare State) é a organização política e econômica que coloca o Estado como agente da promoção social e organizador da economia, cujos pilares se assentam na política de pleno emprego, nas políticas sociais universais, na estruturação de redes de proteção contra riscos sociais, nas quais se destacam o seguro-desemprego e a previdência social (ESPING-ANDERSEN, 1991).

4A data de instalação dos municípios de Três de Maio e Horizontina é 28 de fevereiro de 1955. A opção pelo município de Três de Maio foi em decorrência de ser o município mais próximo (limítrofe) de Santa Rosa. A escolha de Guarani das Missões também decorre de ser o município mais próximo (limítrofe) de Santo Ângelo, preterindo-se Giruá, po localizar-se entre Santa Rosa e Santo Ângelo.

5Pela Lei Estadual 2.526 de 15 de dezembro de 1954 (IBGE, 2017).

6Pela Lei Estadual 3.699 de 31 de janeiro de 1959 (IBGE, 2017).

7Se refere ao plano de ação ou estratégia criado para obter a informação que se deseja (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

8Contrariamente ao que certos pesquisadores pensam, a pesquisa qualitativa também recorre à amostra, que será, mais frequentemente, de tipo não probabilístico (POUPART, et al. 2012).

9Disponível em: (BRASIL, 2017).

10Para consultar a metodologia, os valores originais e valores corrigidos, vide ROSSINI (2018).

11A partir de 2007, passa a ser FUNDEB e o percentual de dedução passou para 20% sobre alguns impostos e repasses. O FUNDEF foi instituído pela Lei nº 9.424 de 24 de dezembro de 1996 e implantado a partir de 1º de janeiro de 1998. Em 2007 passou a ser denominado FUNDEB, pela Lei nº 11.494 de 20 de junho de 2007 (BRASIL, 2007).

12 Esse repasse federal para Santo Ângelo iniciou em 2000, no entanto, não foi identificado se os valores anteriores estavam constando na fonte outras transferências ou não foram repassados.

13Esse pico de participação pode ser explicado pelo fato de que os valores do SUS (que integram as transferências do governo federa a partir de 1998), estarem zerados, podendo ter sido registrados nas outras transferências, pela prefeitura, neste ano.